

CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
Procuradoria



**PARECER JURÍDICO N° 096, DE 26 DE  
DEZEMBRO DE 2.022.**

Da Procuradoria Geral, acerca do PROJETO DE LEI N° 096, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2.022, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que ***“Declara e consolida feridos de âmbito municipal, inclusive os religiosos, e dá outras providências”*** apresentado em sessão extraordinária.

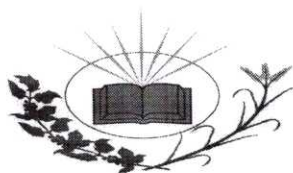
Designado órgão técnico consultivo da Mesa Diretora responsável pela emissão de pareceres nos casos de convocações extraordinárias conforme dispõe o § 4º, do art. 75 do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a análise da presente matéria sob a ótica legal na melhor forma de direito, o que fazemos nos termos que passamos a expor.

***RELATÓRIO***

Trata-se de projeto de lei de autoria do Chefe Poder Executivo autuado junto a secretaria da Câmara Municipal de Catalão sob o no dia 29 de janeiro de 2.021, via do Ofício n° 136/2022 de 21 de dezembro de 2.022, com a nomenclatura de ***“Declara e consolida feridos de âmbito municipal, inclusive os religiosos, e dá outras providências.”***

Houve solicitação de urgência em sua tramitação por parte do Poder Executivo, adentrando em rito do regime de urgência urgentíssima, na forma legal e regimental na Casa.

É o relato.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO**  
Procuradoria



## **DA ANÁLISE**

### **Da Tempestividade**

O Trâmite das Proposições no âmbito processual da Casa esta destacada no Capítulo II do Regimento Interno que assim preceitua:

#### **CAPÍTULO II**

#### **- DO TRÂMITE DAS PROPOSIÇÕES -**

**Art. 83.** As proposições, independentemente de sua autoria, serão protocolizadas na Secretaria da Câmara, que as incluirá na sessão imediatamente posterior para deliberação do Plenário.

§ 1º. As proposições protocolizadas na Secretaria da Câmara até as 11:00h (onze horas) do dia imediatamente anterior à próxima sessão serão deliberadas nesta.

§ 2º. As proposições protocolizadas após as 11:00h (onze horas) do dia imediatamente anterior à próxima sessão serão deliberadas apenas na sessão imediatamente posterior a esta.

**Art. 84.** Após ser deliberada em Plenário, a Secretaria da Câmara encaminhará a proposição às Secretarias das Comissões Permanentes e à Procuradoria Jurídica, de acordo com a conveniência e a urgência das matérias, para emissão de pareceres.

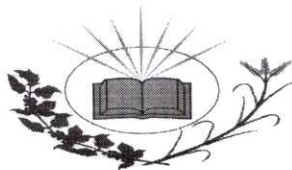
**Art. 85.** A Procuradoria Jurídica terá prazo de 7 (sete) dias úteis para emitir seu parecer sobre qualquer proposição recebida.

§ 1º. A Procuradoria Jurídica poderá solicitar ao Presidente da Câmara Municipal a prorrogação do prazo mencionado neste artigo, por igual período e uma única vez, mediante justificativa apresentada por escrito. (Redação dada pela resolução 04/2010).

**Art. 86.** Recebida a proposição pela Secretaria da Comissão Permanente, esta solicitará o despacho do respectivo Presidente e encaminhará a proposição ao Relator, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**Art. 87.** Recebida a proposição pelo Relator da Comissão Permanente, este emitirá seu parecer e voto no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo único** – O Relator poderá solicitar ao Presidente da Comissão Permanente a prorrogação do prazo mencionado neste artigo, por igual período e uma única vez,



**CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO**  
Procuradoria



mediante justificativa apresentada por escrito.

**Art. 88.** Caso o Relator não apresente seu parecer e voto nos prazos mencionados, o Presidente avocará a proposição, emitindo seu parecer e voto no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis.

**Art. 89.** Recebida a proposição acompanhada do parecer e voto do Relator ou do Presidente, a Secretaria da Comissão Permanente encaminhará a proposição aos Vogais, que emitirão seu voto em 2 (dois) dias úteis.

**§1º.** Caso o Vogal decida não acompanhar o voto do Relator ou do Presidente, deverá apresentar seu voto acompanhado de parecer fundamentado.

**§ 2º.** O Vogal poderá solicitar ao Presidente da Comissão Permanente a prorrogação do prazo mencionado neste artigo, por igual período e uma única vez, mediante justificativa apresentada por escrito.

**§ 3º.** Caso o Vogal não apresente seu voto nos prazos mencionados, a proposição seguirá seu trâmite normal.

**Art. 90.** Recebida a proposição acompanhada dos pareceres e votos, a Secretaria da Comissão Permanente a encaminhará imediatamente ao respectivo Presidente.

**§1º.** Caso haja empate entre os votos dos membros da Comissão Permanente, o Presidente deverá emitir voto de desempate, acompanhado de parecer fundamentado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a não ser que já tenha avocado a proposição e emitido seu voto nos termos do art. 78.

**§ 2º.** Persistindo o empate, o Presidente da Comissão Permanente deverá marcar reunião com a presença de todos os membros da mesma, em 5 (cinco) dias úteis, para que discutam a conveniência da aprovação ou não da matéria.

**§ 3º.** A decisão tomada pela Comissão Permanente nos termos do parágrafo anterior será reduzida a termo e acompanhará a proposição no lugar dos pareceres e votos.

**Art. 91.** Recebida a proposição acompanhada dos pareceres da Procuradoria Jurídica e das Comissões Permanentes, a Secretaria da Câmara a incluirá na Ordem do Dia de uma das sessões subsequentes, de acordo com a conveniência ou a urgência da matéria.

**Art. 92.** Caso as Comissões Permanentes não cumpram os prazos mencionados neste Capítulo, a Secretaria da Câmara deverá cientificar o fato ao Presidente, que em 2 (dois) dias úteis nomeará outros Vereadores para formarem uma Comissão Especial e emitirem pareceres e votos sobre a proposição nos mesmos prazos.

Portanto, resta claro que a presente manifestação resta



plenamente tempestiva aja vista ter sido encaminhada a este órgão consultivo no dia **21/12/2022** estando plenamente apta ao parecer na forma do que dispõe o texto do art. 85, transcrito alhures.

### **Dos limites da manifestação**

Conforme ensina o ilustre Ely Lopes Meireles<sup>1</sup>:

**“A Assessoria Técnico-Legislativa (...) desempenha funções especializadas de exame das proposições a serem discutidas e votadas em Plenário, emitindo pareceres exclusivamente técnicos e cuidando da redação dos atos legislativos. Não toma parte nas discussões, não interfere nas deliberações do Plenário ou do presidente, limitando-se a colaborar no aprimoramento formal e técnico das leis e resoluções”.**

Portanto, tem a presente o absoluto limite da legalidade, **sendo emitido com base no texto e na documentação que o acompanha, da qual não participou na edição, discussão e coleta essa Assessoria.**

Ressalta-se, portanto, que a análise a cargo deste processo presume a veracidade ideológica, lisura e boa-fé dos atos e fatos praticados e inseridos no referido, bem como toda documentação que o instrui para os fins e nos limites estabelecidos pela norma, não cabendo discussão quanto a eventual interesse obscuro de qualquer outra natureza que possa estar eventualmente vinculado a matéria, sendo, portanto, proferido em caráter eminentemente opinativo e não vinculativo, adstrito a manutenção do Plenário que é soberano em suas decisões.

<sup>1</sup> MEIRELES, Ely Lopes. “Direito Municipal Brasileiro”. 17.<sup>a</sup> edição, Malheiros, 2.013, **pág. 683.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO**  
Procuradoria



Dito isso passa a promover.

### **Da proposição**

Em linhas gerais verifica-se que o presente Projeto de Lei visa ***Declarar e consolidar feridos de âmbito municipal, inclusive os religiosos, e dá outras providências.***

Assim, quanto a **iniciativa** é legítima, pois a proposição trata dos interesses locais do Município de Catalão e da administração, matérias de sua competência previstos no art. 8º, I e II da Lei Orgânica do Município de Catalão - Goiás.

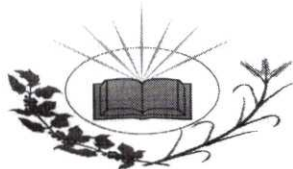
Quanto à **constitucionalidade**, o projeto de lei preenche o requisito, na medida em que está em conformidade com o art. 30, I, a Constituição Federal que prevê a competência dos Municípios para ***“legislar sobre assuntos de interesse local”***.

Quanto à **legalidade** e juridicidade do projeto, visa declarar e consolidar feridos de âmbito municipal, inclusive os religiosos, estando em conformidade com a legislação municipal.

Desta forma, *a priori* em linha gerais não se vislumbra nenhuma ofensa ao ordenamento jurídico vigente, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

### **CONCLUSÃO**

Ante a exposto, e antes de adentrarmos no escopo



**CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO**  
Procuradoria



conclusivo, importante salientar que a princípio a emissão do presente parecer por esta Procuradoria Jurídica não substituirá dos pareceres das Comissões Permanentes.

Mesmo assim, a opinião jurídica exarada incurso não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa, uma vez que o Plenário é soberano em suas opiniões e decisões porquanto compostos legítimos representantes do povo constituindo em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Estando sua redação dentro do compreensível as justificativas dos objetivos e de acordo com a técnica legislativa recomendada, opinamos pela **LEGALIDADE** do projeto em testilha, a ser apreciado pelo Plenário da Casa nos termos regimentais.

É o parecer, s.m.j..

*CATALÃO (GO), 26 DE DEZEMBRO DE 2022.*

  
**JOSÉ DA SILVA NETO**  
PROCURADOR